

5. VARIÁVEIS EXTERNAS ASSOCIADAS AOS ATOS DE VIOLÊNCIA NA ESCOLA

Ao considerarmos as relações entre escola e sociedade e que os atos de violência ocorridos no ambiente escolar podem ser associados a fatores externos ou internos, podemos construir um mapa de fatores múltiplos. Sempre lembrando que essas relações, fontes de diferentes pesquisas, não devem ser generalizadas para problemas específicos de cada escola para não reafirmar preconceitos e determinismos. Mesmo que as variáveis não possam ser generalizadas, elas ajudam o gestor a compreender melhor o problema.

A literatura sobre o tema, com base em diferentes pesquisas, apresenta um grupo de variáveis que podem ser associadas a atos de violência na escola:

- ▶ a questão do gênero;
- ▶ a idade;
- ▶ o território;
- ▶ o nível socioeconômico;
- ▶ o rendimento escolar;
- ▶ o estilo de vida do jovem;
- ▶ a deficiência dos valores sociais desenvolvidos no interior da família;
- ▶ a falta de legitimação de valores escolares;
- ▶ a socialização primária;
- ▶ a influência dos meios de comunicação e entretenimento;
- ▶ os modelos e padrões adultos seguidos pelos jovens;
- ▶ o entorno social em que o jovem está inserido;

- ▶ a exclusão social do sistema;
- ▶ a distância da escola, no ensino de conteúdos fora do contexto e de métodos de aprendizagem formal pouco relacionados ao modo de vida do aluno;
- ▶ a burocratização e rigidez da função educativa nas escolas.

Selecionamos algumas pesquisas que procuram entender e representar o problema com base em dados objetivos.

5.1. A pesquisa sobre atos de violência nas escolas realizada por Matos e Carvalhosa, em 2001, em Portugal (com ênfase nos alunos)

A pesquisa sobre atos de violência nas escolas produzida por Matos e Carvalhosa, em 2001, em Portugal, foi realizada com a aplicação de questionários.

A opinião dos jovens foi recolhida em 191 escolas nacionais, de ensino regular, num total de 6 903 alunos. As escolas foram sorteadas de uma lista nacional.

Foram selecionados alunos dos 6º, 8º e 10º anos de escolaridade. A cada um destes anos corresponde uma idade média de 11, 13 e 16 anos. (...)

Neste estudo considera-se uma provocação quando um aluno (mais velho ou mais forte) ou um grupo de alunos disseram coisas desagradáveis a outro ou gozaram alguém de uma forma que ele não gostou. Não se considera provocação quando dois alunos da mesma idade ou tamanho se envolveram numa discussão ou briga.

Da totalidade dos jovens, 25,7% (1751) revelaram estarem envolvidos em comportamentos de violência na escola, ou como vítimas (alvos da provocação), ou como provocadores (agentes da provocação) ou duplamente envolvidos (simultaneamente vítimas e provocadores), mais do que duas vezes no período letivo.¹⁴

Os dados são assim relatados (síntese do texto original):

► **Sexo**

Os meninos afirmam, mais do que as meninas, frequentemente estarem envolvidos em comportamentos de violência: como vítimas, como provocadores ou simultaneamente como vítimas e provocadores.

► **Idade**

Os jovens que têm 13 anos estão envolvidos mais frequentemente em comportamentos de violência: como vítimas (os de 11 anos também estão envolvidos), como provocadores ou simultaneamente como vítimas e provocadores.

► **Drogas**

Os jovens que já experimentaram alguma droga estão envolvidos mais frequentemente em comportamentos de provocação.

Os jovens que consumiram drogas no último mês estão envolvidos mais frequentemente em comportamentos de provocação ou em comportamentos de duplo envolvimento (vitimação e provocação simultaneamente).

► **Envolvimento em lutas**

Os jovens que se envolveram em lutas (uma vez ou mais nos últimos 12 meses)

estão envolvidos mais frequentemente em comportamentos de violência: como vítimas, como provocadores ou, simultaneamente, como vítimas e provocadores.

► **Andar com armas**

Os jovens que andaram com armas (por exemplo, navalha ou pistola) um dia ou mais nos últimos 30 dias estão envolvidos mais frequentemente em comportamentos de violência: como vítimas, como provocadores ou, simultaneamente, como vítimas e provocadores.

► **Sentirem-se felizes**

Os jovens que não se sentem felizes estão envolvidos mais frequentemente em comportamentos de vitimação ou em comportamentos de duplo envolvimento (vitimação e provocação simultaneamente).

► **Sintomas físicos e psicológicos**

Os jovens que apresentam maiores queixas de sintomas físicos e psicológicos estão envolvidos mais frequentemente em comportamentos de vitimação.

► **Tempos livres**

Os jovens que veem TV quatro horas ou mais por dia estão envolvidos mais frequentemente em comportamentos de provocação ou em comportamentos de duplo envolvimento (vitimação e provocação simultaneamente).

► **Vida escolar**

Os jovens que não gostam da escola estão envolvidos mais frequentemente em comportamentos de provocação ou em comportamentos de duplo

14 MATOS, Margarida Gaspar de; CARVALHOSA, Susana Fonseca. Violência na escola: vítimas, provocadores e outros. *Projeto Aventura Social*. Tema 2. N.1. Lisboa: Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa, set. 2001. Disponível em: <<http://www.fmh.utl.pt/aventurasocial/pdf/Violencia.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2010.

envolvimento (vitimação e provocação simultaneamente).

Os jovens que acham que ir à escola é um aborrecimento estão envolvidos mais frequentemente em comportamentos de provocação ou em comportamentos de duplo envolvimento (vitimação e provocação simultaneamente).

Os jovens que não se sentem seguros na escola estão envolvidos mais frequentemente em comportamentos de vitimação e em comportamentos de duplo envolvimento (vitimação e provocação simultaneamente).

► **Comunicação com os pais**

Os jovens que consideram difícil falar com a mãe sobre o que os preocupa estão envolvidos mais frequentemente em comportamentos de provocação ou em comportamentos de duplo envolvimento (vitimação e provocação simultaneamente).

Os jovens que consideram difícil falar com o pai sobre o que os preocupa estão envolvidos mais frequentemente em comportamentos de provocação ou em comportamentos de duplo envolvimento (vitimação e provocação simultaneamente) e, ainda, os jovens que não têm pai ou não o veem estão envolvidos mais frequentemente em comportamentos de vitimação.

► **Tipo de família**

Os jovens que não vivem com ambos os pais estão envolvidos mais frequentemente em comportamentos de violência: como vítimas, como provocadores ou, simultaneamente, como vítimas e provocadores.

► **Relação com os professores**

Os jovens que consideram que os professores não os encorajam a expressar os seus pontos de vista estão envolvidos

mais frequentemente em comportamentos de provocação.

Os jovens que consideram que os professores não os tratam com justiça estão envolvidos mais frequentemente em comportamentos de provocação ou em comportamentos de duplo envolvimento (vitimação e provocação simultaneamente).

Os jovens que consideram que os professores não os ajudam quando precisam estão envolvidos mais frequentemente em comportamentos de violência: como vítimas, como provocadores ou, simultaneamente, como vítimas e provocadores.

Os jovens que acham que os professores não se interessam por eles como pessoas estão envolvidos mais frequentemente em comportamentos de violência: como vítimas, como provocadores ou, simultaneamente, como vítimas e provocadores.

► **Relação com os amigos**

Colegas de turma que gostam de estar juntos estão envolvidos mais frequentemente em comportamentos de duplo envolvimento (vitimação e provocação simultaneamente).

Os jovens que acham que os seus colegas de turma não são simpáticos nem prestáveis estão envolvidos mais frequentemente em comportamentos de violência: como vítimas, como provocadores ou, simultaneamente, como vítimas e provocadores.

Os jovens que consideram que os seus colegas não os aceitam como são estão envolvidos mais frequentemente em comportamentos de vitimação.

Os jovens que consideram que já ficaram sozinhos na escola, pelo fato de seus colegas não lhes quererem fazer companhia, estão envolvidos mais frequentemente em comportamentos de

vitimação ou em comportamentos de duplo envolvimento (vitimação e provocação simultaneamente).

Os jovens que ficam mais vezes com os amigos após as aulas (dois ou mais dias por semana) estão envolvidos mais frequentemente em comportamentos de provocação e, ainda, os jovens que não têm amigos estão envolvidos mais frequentemente em comportamentos de vitimação.

Os jovens que consideram difícil arranjar novos amigos estão envolvidos mais frequentemente em comportamentos de vitimação.

Os jovens que têm dois ou mais amigos íntimos estão envolvidos mais frequentemente em comportamentos de provocação e os jovens que afirmam não ter amigos íntimos estão envolvidos mais frequentemente em comportamentos de vitimação.

As autoras concluem que seria equivocado generalizar esses dados como determinísticos do problema.

5.2. Texto-síntese de pesquisas de Sposito sobre atos de violência nas escolas brasileiras

Sposito (2001)¹⁵ realiza um balanço sobre o tema, destacando, em pesquisas, os seguintes fatores que podem ser associados a atos de violência na escola. Os tópicos referem-se a uma adaptação livre do levantamento realizado pela autora (o texto integral pode ser conferido no Anexo 2):

- ▶ a influência do aumento da criminalidade e da insegurança sobre os alunos e a deterioração do clima escolar;

- ▶ o crime organizado, o tráfico de drogas, a disputa entre grupos rivais de criminosos que aliciam os jovens locais;
- ▶ a banalização da violência sobre a sociabilidade dos alunos e a existência de um clima tenso entre adultos e adolescentes ou dos alunos entre si, que afeta o conjunto da atividade escolar;
- ▶ rivalidades entre grupos juvenis;
- ▶ situações de risco vividas pelos jovens que moram em bairros ou locais de grande incidência de violência;
- ▶ ausência de segurança e incremento da criminalidade urbana;
- ▶ expansão do ensino público sob condições precárias, como a ausência de investimentos na rede escolar e na formação dos docentes e de projetos educativos capazes de responder a essa nova realidade;
- ▶ crise de confiança na eficácia socializadora da educação escolar;
- ▶ ociosidade dos alunos na escola, em decorrência das faltas dos professores ou da interrupção repentina de aulas por motivos diversos;
- ▶ sociabilidade entre os pares;
- ▶ tensões existentes entre alunos ou entre estes e o mundo adulto;
- ▶ acesso às armas de fogo;
- ▶ conjunto de insatisfações manifestadas pelos alunos diante de sua experiência

15 SPOSITO, M. P. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 27, n.1, jan./jun, 2001, p. 87-103. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022001000100007&script=sci_arttext>. Acesso em: 29 jan. 2010.

escolar e, ao mesmo tempo, dificuldades da unidade escolar em criar possibilidades para que tais condutas assumam a forma de um conflito capaz de ser gerido no âmbito da convivência democrática;

- crise de um padrão civilizatório ocidental, caracterizado pela contenção da agressividade e dos impulsos, e pelo crescente papel do Estado como instância que reúne o monopólio da força e da coerção, entre outras.

Conclui a autora sobre o problema:

No exame da situação brasileira, alguns cuidados merecem ser considerados, pois o seu uso indiscriminado pode acentuar apenas um dos polos da questão – os alunos – e descaracterizar uma série de problemas contidos na relação entre o mundo adulto e o juvenil, sendo o primeiro muitas vezes incapaz de estabelecer práticas capazes de gerir o inevitável conflito entre os grupos etários, sobretudo nos momentos de crise de eficácia das instituições socializadoras. Por essas razões, a pesquisa não está isenta da necessidade de investigar os processos amplos que configuram a expansão da escolaridade nos últimos anos, aliada à corrosão das possibilidades mais efetivas de mobilidade social e à crise da sociedade assalariada. Assim, a própria escola, enquanto campo de conflitividade que configura a interação entre jovens e instituições do mundo adulto, deve ser investigada e submetida à crítica.¹⁶

5.3. A pesquisa de Debarbieux e Blaya: violência nas escolas da União Europeia

Segundo Debarbieux (2002)¹⁷, a comunidade “científica” da União Europeia apresenta pontos de vista divergentes sobre o problema, mas de forma unânime considera os atos de violência nas escolas como um fato preocupante.

Um ponto de convergência entre os especialistas é que a escola não pode ser totalmente responsabilizada pelos atos de violência que ocorrem em seu espaço.

Ninguém desejava que o debate fosse reduzido a uma espécie de reflexo gerador de culpa dirigido contra os professores, do tipo “violência nas escolas: violência das escolas”, o que é mais um slogan do que uma certeza científica.¹⁸

As condições contextuais (culturais, políticas e econômicas) em que a escola está inserida e os comportamentos individuais das pessoas que convivem na escola são pontos de convergência do estudo do problema.

O desacordo está quanto ao uso da palavra “violência” limitada ao sentido de “comportamentos indesejáveis”. Isso significaria incluir estudos e aceitar as abordagens da criminologia, da sociologia e das ciências políticas, além das pedagógicas e psicológicas.

Devemos, de partida, mostrarmo-nos céticos e críticos com relação a dois pontos. O

16 SPOSITO, M. P. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 27, n.1, jan./jun, 2001, p. 87-103. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022001000100007&script=sci_arttext>. Acesso em: 29 jan. 2010.

17 DEBARBIEUX, Eric. Cientistas, políticos e violência: rumo a uma comunidade científica europeia para lidar com a violência nas escolas? In: DEBARBIEUX, E; BLAYA, C. (Org.). *Violência nas escolas: dez abordagens europeias*. Brasília: Unesco, 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001287/128722POR.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2010.

18 DEBARBIEUX, Eric. Cientistas, políticos e violência: rumo a uma comunidade científica europeia para lidar com a violência nas escolas? In: DEBARBIEUX, E; BLAYA, C. (Org.). *Violência nas escolas: dez abordagens europeias*. Brasília: Unesco, 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001287/128722POR.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2010.

primeiro deles é de natureza epistemológica: usar o termo “violência” para descrever fenômenos altamente díspares não seria uma extrapolção abusiva e bastante anticientífica desse conceito? Bonafê-Schmitt (1997) denuncia a “visão inflacionista da violência”, conceito sob o qual “foram agrupados não apenas a agressão física, a extorsão e o vandalismo, mas também aquilo que é conhecido como ‘incivilidade’: falas ofensivas, linguagem chula, empurrões, xingamentos e humilhação”. Essa abrangência excessiva parece tornar o conceito impensável, criando confusão semântica e léxica. O segundo ponto, que é de natureza mais política, está ligado a um possível “efeito de moda” ou, o que é ainda pior, a uma pré-fabricação social da violência nas escolas, com origem na mídia, o que faz com que a questão científica seja arrastada para o nível do sensacionalismo e da demanda social por repressão. Um corolário frequente dessa crítica é: será que os cientistas, falando sobre a violência, não estariam contribuindo para sua existência? Essas duas críticas são fortes e bem fundamentadas, devendo ser tratadas de forma direta. (...)

Em termos metodológicos – e veremos mais adiante como a pesquisa europeia tenta fazê-lo –, não deveríamos estar realizando pesquisas sobre a violência como um todo indivisível, mas, ao contrário, estar multiplicando pontos de vista (indicadores) que nos ajudem a encontrar o que é real num conceito que é ineficaz devido à sua generalidade.¹⁹

O autor observa o interesse “doentio” da mídia europeia pelo problema e se preocupa com os desdobramentos políticos desse interesse, que podem criar imagens públicas que

reafirmam “as representações conservadoras” e “as políticas repressivas” de controle social, baseadas em criminalização da pobreza ou do indivíduo, eximindo o Estado “de suas responsabilidades na gênese social e econômica da insegurança, apelando, ao contrário, para a responsabilidade individual dos habitantes das áreas ‘incivis’, dos quais agora se espera que exerçam controle social estrito sobre si próprios”.²⁰

A mídia estaria, assim, em conivência com o poder político, reafirmando a opinião pública europeia de xenofobia e preconceitos que demanda mais repressão e controle social.

Novos episódios impactantes – e raros – foram enfatizados para descrever a erupção da barbárie infantil, confusamente misturados a um discurso sobre a decadência educacional (tendo como alvo principalmente as famílias de um só genitor) e acompanhados de explicações simplistas sobre a influência direta da violência da televisão ou dos videogames, ou das consequências sombrias da imigração. Foi isso que se sucedeu no caso da Alemanha, onde a reunificação serviu de combustível a tensões xenófobas. Na Inglaterra, como o demonstram Blaya e Hayden neste mesmo livro, os assassinatos de Dunblane atuaram como catalisadores (ver também Blaya, 2000), e sabemos também que, na Suécia (Lindström, em RPF, 1998) e na Espanha (Moreno, em RPF, 1998), a tensão provocada pela mídia não foi menor. Também eu analisei essa construção no caso francês (Debarbieux, 1998), onde o assunto parece ter-se transformado numa inexaurível mina de ouro para a imprensa escrita e televisiva. No tocante aos

19 DEBARBIEUX, Eric. Cientistas, políticos e violência: rumo a uma comunidade científica europeia para lidar com a violência nas escolas? In: DEBARBIEUX, E; BLAYA, C. (Org.). *Violência nas escolas: dez abordagens europeias*. Brasília: Unesco, 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001287/128722POR.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2010.

20 DEBARBIEUX, Eric. Cientistas, políticos e violência: rumo a uma comunidade científica europeia para lidar com a violência nas escolas? In: DEBARBIEUX, E; BLAYA, C. (Org.). *Violência nas escolas: dez abordagens europeias*. Brasília: Unesco, 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001287/128722POR.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2010.

*próprios programas de ação, estes, muitas vezes, foram diretamente patrocinados pelas autoridades públicas.*²¹

Segundo o autor, o problema existe, mas é limitado quando se refere a “crimes e delitos ocorridos no ambiente escolar”. A violência não pode ser observada como algo pontual, ela é histórica, socialmente construída e previsível, portanto, os caminhos são mais relacionados à prevenção do que à repressão.

*Ao contrário, o debate tratando dos contraventores muito jovens ou da presença de armas letais nas escolas tenta demonstrar a natureza infundada e ineficaz da cruzada conservadora, que tenta aplicar aos menores as leis adultas, inclusive a pena de morte.*²²

O problema é mais grave no que se refere à microviolência: casos de “intimidação” entre colegas na escola, entre adultos e crianças/jovens ou a violência anti-institucional, que pode ser observada no aumento da vandalização dos prédios, ou, ainda, na agressão (principalmente verbal) contra os professores que representam a escola.

As pesquisas sobre intimidação por colegas, entretanto, permitiram um grande avanço por terem sido as primeiras a fazer com que a importância das vítimas fosse percebida, mostrando também que o acúmulo de stress – como é possível descrever os efeitos da intimidação – pode afetar essas vítimas tanto quanto atos de violência mais explícita.

Essas pesquisas ressaltaram também o fato de que há vítimas de carreira e intimidadores de carreira, carreiras essas que são formadas ainda em tenra idade. A influência dessas pesquisas sobre as políticas de prevenção, na Europa e em outras partes do mundo, foi enorme. O fato de a França, até tempos recentes, não ter dado atenção a esse conceito está relacionado ao fraco acompanhamento das políticas preventivas nesse país. As comparações internacionais, portanto, podem levar a uma revisão dos conceitos e das políticas públicas. Por outro lado, estudando mais especificamente a delinquência no ambiente escolar, enfatizando os efeitos grupais ligados à violência antiescola e questionando de maneira mais completa os efeitos dos fatores sociais e políticos, as pesquisas francesas enfocam outras questões e contestam os modelos de orientação behaviorista, tendendo a conduzir as pesquisas mais em termos de análise institucional e sociopolítica.

*A microviolência parece ser, no nosso ponto de vista, o principal problema enfrentado nas escolas da União Europeia. Quando a microviolência é “tolerada” causa um clima de desrespeito entre as vítimas, gerando nas escolas uma crise de autoridade. Atos de violência desse tipo são observados pelo ângulo de sua pontualidade ou repetição, sendo que no segundo caso são estudadas suas causas e previstas ações para seu controle de forma a não abandonar as vítimas à sua própria sorte ou criar um clima de impunidade.*²³

- 21 DEBARBIEUX, Eric. Cientistas, políticos e violência: rumo a uma comunidade científica europeia para lidar com a violência nas escolas? In: DEBARBIEUX, E; BLAYA, C. (Org.). *Violência nas escolas: dez abordagens europeias*. Brasília: Unesco, 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001287/128722POR.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2010.
- 22 DEBARBIEUX, Eric. Cientistas, políticos e violência: rumo a uma comunidade científica europeia para lidar com a violência nas escolas? In: DEBARBIEUX, E; BLAYA, C. (Org.). *Violência nas escolas: dez abordagens europeias*. Brasília: Unesco, 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001287/128722POR.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2010.
- 23 DEBARBIEUX, Eric. Cientistas, políticos e violência: rumo a uma comunidade científica europeia para lidar com a violência nas escolas? In: DEBARBIEUX, E; BLAYA, C. (Org.). *Violência nas escolas: dez abordagens europeias*. Brasília: Unesco, 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001287/128722POR.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2010.

5.4. Dados do Saeb/2005: Pesquisa Nacional Qualidade da Educação (a escola pública na opinião dos pais)²⁴

Neste tópico reproduzimos alguns dados coletados pelo Ministério da Educação/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Diretoria de Avaliação da Educação Básica (MEC/Inep/Daeb) com a aplicação de questionários contextuais e entrevistas com pais de alunos de escolas públicas que participaram do Saeb/2004, com a finalidade de identificar variáveis que interferem ou não na aprendizagem, entre elas os atos de violência nas escolas.

Investigaram-se as percepções dos pais sobre a qualidade das escolas, sobre as condições institucionais, de infraestrutura e de ensino e a atuação dos professores e diretores de escolas de Ensino Fundamental, pertencentes às redes públicas e localizadas em zonas urbanas de todo o Brasil. O estudo associou pesquisa qualitativa e quantitativa, imprimindo uma metodologia completa de estudo de comportamentos e representações sociais sobre a escola pública brasileira de Ensino Fundamental.

A investigação foi implementada em duas etapas. A primeira constituiu-se uma pesquisa qualitativa exploratória, com a realização de grupos focais com pais de alunos, obedecendo a um roteiro pré-definido, com o objetivo de investigar e coletar subsídios para o tema, bem como para a formulação do

instrumento de pesquisa aplicado em uma amostra da população de referência.

Foram realizados dez grupos focais com a presença, em cada um, de dez ou mais pais, mães e responsáveis de, pelo menos, dois filhos em idade escolar matriculados no Ensino Fundamental, em escolas do sistema público de ensino, pertencentes às classes de renda B, C+, C-, D e E, pelo critério Brasil de classificação socioeconômica.

Nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste foram constituídos dois grupos mistos em cada cidade (Curitiba, Rio de Janeiro e Brasília), com 50% de homens e 50% de mulheres, um composto pelas classes B e C+, e o outro formado pelas classes C-, D e E. No Norte e Nordeste, respectivamente, nas cidades de Belém e Recife, foram realizados um grupo feminino e outro masculino, ambos de classe C, D e E.

Os grupos foram realizados nas cidades citadas entre os dias 15 e 17 de dezembro de 2004. As sessões foram conduzidas por especialistas em dinâmica de grupo e acompanhadas por representantes das equipes técnicas do Inep.

A segunda etapa do estudo consistiu em entrevistas com dez mil pais ou responsáveis, em todos os Estados brasileiros, durante os meses de janeiro e fevereiro de 2005. Foram entrevistadas, pelo menos, 370 famílias em cada Estado. A amostra resultante possibilita o fornecimento de estimativas com nível de confiança de 95%. Os municípios

24 BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Pesquisa Nacional Qualidade da Educação: a Escola Pública na opinião dos pais*. Resumo técnico-executivo. Eliezer Pacheco e Carlos Henrique Araújo. Maio de 2005. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B23ABF614-2595-4FB2-BE61-45A90F4ACDAB%7D_miolo_Pesquisa%20nacional%20Qualidade%20da%20Educa%27o1.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2010. p. 4–5.

*responsáveis pelo fortalecimento da autoridade do diretor escolar.*²⁶

Sobre os professores – No geral, os pais entrevistados entendem que os professores são os maiores responsáveis “pela qualidade do ensino, pela disciplina na sala de aula, pela motivação dos alunos e pelo sucesso ou fracasso escolar”.

(...) É salutar informar que as questões ou sugestões apresentadas na pesquisa quantitativa foram colhidas por ocasião da feitura dos grupos focais. As discussões dirigidas da pesquisa qualitativa foram ilustrativas sobre as percepções que os pais têm dos professores, de um modo geral, e dos professores que ensinam a seus filhos.

De uma forma geral, percebe-se uma aprovação por parte dos pais aos professores de Ensino Fundamental público. Altos percentuais de respostas positivas para questões apontadas pelos próprios pais ou responsáveis pelos alunos foram encontrados nos resultados da pesquisa quantitativa. Sempre percentuais superiores a 80% das respostas foram apontados sobre o esforço dos professores em ensinar bem os alunos e as atenções dispensadas aos pais ou responsáveis. Ainda, para mais de 77% dos entrevistados, os professores têm a devida paciência em sanar as dúvidas ocasionais dos alunos, tarefa fundamental no processo de ensino-aprendizagem.

Para quase 17% dos pais ou responsáveis entrevistados, os alunos reclamam das notas dadas pelos professores. Preocupante é a existência de quase 18% de pais ou responsáveis concordando com a existência de professores que “xingam”

alunos e 6% afirmando haver casos de agressão a estudantes por parte dos professores. Esses percentuais confirmam a presença de violência dentro de sala de aula, dita anteriormente pelos grupos focais da primeira fase da Pesquisa Nacional Qualidade da Educação: a escola pública na opinião dos pais. É pertinente afirmar que, pela análise das respostas coletadas, há um percentual entre 12% e 17% de insatisfeitos com o trabalho e o relacionamento dos professores com os alunos e pais de alunos no Brasil.

(...) Um outro tema discutido nos grupos focais da primeira fase do estudo foi o da constante falta de professores, greves, suspensão de aulas e suas implicações no aproveitamento dos alunos. Para verificarmos o problema na segunda fase da pesquisa nacional, apresentaram-se aos entrevistados as seguintes afirmações e sugestões de outros pais: “um dos maiores problemas da escola pública é a falta constante dos professores”; “na escola pública tem greve demais”; “deve-se demitir professores e funcionários que fazem greves” e “deve-se punir com mais rigor os professores que abusam das faltas”.

Os resultados mostram que 75,8% dos pais ou responsáveis concordam que um dos maiores problemas da escola pública é a falta constante dos professores e 56,2% concordaram que na escola pública tem greve demais.

As duas outras sugestões referentes à punição dos professores foram mencionadas em momentos diferentes. Comparando-se os resultados das duas sugestões propostas aos entrevistados, verifica-se que a grande maioria dos pais ou responsáveis concorda que se deve punir com mais rigor os professores

26 BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Pesquisa Nacional Qualidade da Educação: a Escola Pública na opinião dos pais*. Resumo técnico-executivo. Eliezer Pacheco e Carlos Henrique Araújo. Maio de 2005. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B23ABF614-2595-4FB2-BE61-45A90F4ACDAB%7D_miolo_Pesquisa%20nacional%20Qualidade%20da%20Educa%27o1.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2010. p. 5-11.

que abusam das faltas. Na questão “demitir professores e funcionários que fazem greve”, o percentual de concordantes é maior do que o de discordantes, mas não na mesma proporção. Enquanto na primeira, para o Brasil, 92,6% consideram que os professores devam ser punidos mais energicamente quando abusarem das faltas, na segunda, 52,5% dos respondentes concordaram em demitir professores grevistas.²⁷

Sobre os filhos/alunos – No geral, os pais entrevistados entendem que seus filhos estão motivados para aprender e frequentar a escola.

*Essa motivação estaria associada ao relacionamento com os professores. Diante de situações concretas de queda na motivação e no aproveitamento escolar, os pais relatam não saber o que fazer. Alguns chegam a admitir que o problema pode ter sido gerado pela própria escola. Outros alegam a possibilidade de uma falta total de motivação da criança, culpabilizando-a. Para a maioria dos entrevistados, o professor competente e dedicado, contando com o apoio da escola, é capaz de despertar a motivação mesmo em crianças que têm dificuldades.*²⁸

Sobre os atos de violência na escola – O tema preocupa os pais.

(...) pela análise das opiniões dos participantes dos grupos focais, fica evidente a sensação de insegurança e a percepção de um aumento de violência incorporada às escolas da rede pública

de ensino, principalmente nas grandes capitais. Esse tema preocupa sobremaneira os pais dos alunos. A opinião de boa parte dos entrevistados está situada entre uma percepção aparentemente exagerada da violência na escola e a vivência de casos reais de violência escolar.

(...) uma percepção bastante presente na pesquisa qualitativa vê a escola pública atual como o espaço da indisciplina, da transgressão e da desordem, onde a autoridade mais se esvaziou na sociedade. “Uma terra de ninguém”, como afirmam alguns entrevistados. E, nessas condições, frustra-se a esperança de que a escola venha a assumir o papel central no processo de socialização, de aprendizado de papéis e normas sociais.

(...) os entrevistados nos grupos focais desejam a restauração e ampliação da autoridade de diretores, professores e equipes técnicas. Os diretores de melhor avaliação são aqueles que exercitam mais abertamente a sua autoridade e atuam com mais firmeza, no combate à indisciplina. Expressões como “pulso forte”, “rigoroso”, “exigente” e “disciplinador” acentuam muito mais o perfil do diretor a que aspiram, do que “comunicativo”, “atencioso” e “interessado”.

(...) diversos recursos são sugeridos pelos entrevistados para o combate à indisciplina. A maioria deles gira em torno da ideia de tornar a escola mais atrativa e motivadora e de aumentar o envolvimento e o tempo de permanência diária dos alunos na escola ou em atividades extraclasse.

27 BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Pesquisa Nacional Qualidade da Educação: a Escola Pública na opinião dos pais*. Resumo técnico-executivo. Eliezer Pacheco e Carlos Henrique Araújo. Maio de 2005. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B23ABF614-2595-4FB2-BE61-45A90F4ACDAB%7D_miolo_Pesquisa%20nacional%20Qualidade%20da%20Educa%27o1.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2010. p. 5-14.

28 BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Pesquisa Nacional Qualidade da Educação: a Escola Pública na opinião dos pais*. Resumo técnico-executivo. Eliezer Pacheco e Carlos Henrique Araújo. Maio de 2005. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B23ABF614-2595-4FB2-BE61-45A90F4ACDAB%7D_miolo_Pesquisa%20nacional%20Qualidade%20da%20Educa%27o1.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2010. p. 6.

e que fazem parte do “Projeto Juventude e Prevenção da Violência”.

O “Projeto Juventude” visa a produção de uma pesquisa de identificação do grau de exposição à violência a que jovens brasileiros de 12 a 29 anos são submetidos. É desenvolvido a partir de um termo de parceria firmado entre o Ministério da Justiça (MJ), por meio do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci), e o Fórum, organização não governamental e apartidária focada no debate técnico envolvendo a área.

“Quando fomos desafiados pelo MJ a assumir esse projeto, tínhamos clareza sobre a responsabilidade a que o Fórum se submetia. Agora, entregamos os primeiros resultados de um amplo projeto, a ser concluído em junho de 2010”, afirma o secretário-geral do Fórum, Renato Sérgio de Lima.

“A partir dessas informações inéditas, o poder público, em todas as suas instâncias, passa a contar com um poderoso e sólido instrumento de auxílio para a definição de políticas de segurança pública voltadas à preservação dos jovens brasileiros”, analisa o presidente do Conselho de Administração do Fórum, Humberto Vianna. “E fica cada vez mais clara a lógica de que somente com investimentos em segurança pública, com volume e gestão eficiente, combinados com ações de integração social e cidadania, é que se torna possível o enfrentamento da violência”, adiciona.

O “Projeto Juventude” concentra-se em 13 Estados, definidos pelo MJ a partir da implementação, em cada localidade, de ações do Pronasci, e está dividido em quatro módulos, estabelecidos por metodologia científica própria do Fórum: exposição da juventude à violência, sistematização de práticas ou programas de prevenção, organização de

seminários de discussão com gestores de políticas de atenção aos jovens e elaboração de cartilhas para atuação em projetos de prevenção. A pesquisa conta com parceria do Instituto Sou da Paz, do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção ao Delito e Tratamento do Delinquente (ILANUD) e da Fundação Seade. A conclusão do Projeto acontecerá em junho de 2010.

Na primeira etapa, que contempla a identificação do grau de violência a que os jovens estão expostos, foram desenvolvidas abordagens múltiplas e complementares para analisar o tema.

Dois etapas já estão concluídas: a criação de um Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ) para todos os municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes e levantamentos estatísticos com narrativas da violência, apurados por meio de pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha.

Vulnerabilidade juvenil

O IVJ, desenvolvido em parceria com a Fundação Seade, foi aplicado em municípios com mais de 100 mil habitantes, em todas as regiões do país, com base em informações do IBGE, num total de 266 municípios. Itabuna (BA), Marabá (PA), Foz do Iguaçu (PR), Camaçari (BA), Governador Valadares (MG), Cabo de Santo Agostinho (PE), Jaboaão dos Guararapes (PE), Teixeira de Freitas (BA), Serra (ES) e Linhares (ES) constituem os municípios brasileiros com maior vulnerabilidade à violência contra os jovens.

São Carlos (SP), São Caetano do Sul (SP), Franca (SP), Juiz de Fora (MG), Poços de Caldas (MG), Bento Gonçalves (RS), Divinópolis (MG), Bauru (SP), Jaraguá do Sul (SC) e Petrópolis (RJ) são as cidades brasileiras que registram os menores IVJs – Violência.

O levantamento conclui que a faixa etária com maior risco de perder vidas por causa da violência letal é aquela entre 19 a 24 anos. Usando metodologia criada pelo Laboratório de Análise da Violência, da UERJ, o IVJ – Violência prevê que 5 jovens morrerão por homicídios antes de completarem 24 anos no Brasil, enquanto, na faixa etária de 12 a 18 anos, a estimativa é que 2,38 adolescentes morram antes de completar os 18 anos. Entre jovens adultos de 25 a 29 anos, a expectativa é que morram 3,73 jovens antes dos 29 anos.

A pesquisa identifica haver relação direta entre violência e participação no mercado de trabalho e escolaridade, uma vez que os jovens de 18 a 24 anos que não realizam funções remuneradas e não estudam formam o grupo no qual o IVJ se apresenta em patamar mais elevado. O indicador também confirma o “senso comum” de que aqueles que residem em domicílios com assentamentos precários, caso de favelas, são os mais expostos à violência.

Nota-se, ainda, que os municípios que menos investem em segurança pública são exatamente aqueles que mais expõem seus jovens à violência, confirmando, mais uma vez, as fundamentações técnicas apresentadas pelo Fórum sobre a necessidade de os governos terem sensibilidade a esse tema. Na prática, constata-se que nas cidades onde a vulnerabilidade juvenil é muito alta a despesa realizada em segurança pública, em 2006, foi de R\$ 3 764 por mil habitantes, enquanto os municípios com incidência baixa do índice aplicaram R\$ 14 450 por mil habitantes.

Convívio com a violência

Já o levantamento realizado pelo Instituto Datafolha com 5 182 jovens de 12 a 29 anos, de ambos os sexos, de 31 municípios

selecionados em 13 Estados, constatou que quase um terço da população jovem sofre presença constante da violência em seu cotidiano. Dos jovens entrevistados, 31% admitem ter facilidade para a obtenção de armas de fogo. Além disso, 64% dos entrevistados são expostos a algum risco ou história de violência e costumam ver pessoas (não policiais) portando armas.

Metade da população jovem entrevistada declara presenciar violência policial, sendo que, para 11% dos entrevistados, essa violência é “comum”. Um dado que impressiona é a incidência manifestada por 88% dos respondentes expostos à violência que declaram já terem visto corpos de pessoas assassinadas. Cerca de 8% afirmam, ainda, que pessoas próximas a eles foram vítimas de homicídios.

“Ainda que sejam jovens e, naturalmente, possam cometer algum exagero na entrevista, trata-se de uma quantificação demasiadamente elevada e, óbvio, muito preocupante”, pondera Lima.

Como conclusão preliminar, a partir da associação entre os resultados do IVJ – Violência e da opinião dos jovens dos 31 municípios selecionados, há um indicativo que aponta para a importância de ações integradas, que envolvam diferentes atores e considerem áreas específicas, no campo da segurança pública. Essa percepção se justifica porque, na medida em que a redução da exposição de jovens à violência não passa apenas pela dimensão criminal, se faz necessário aliar repressão qualificada e estratégias de prevenção local, assim como ações que promovam a inclusão social.

O desafio é, no entanto, aprofundar o conhecimento em torno de como a violência

afeta a vida desse segmento da população brasileira, razão pela qual as próximas etapas do Projeto, ainda em execução, poderão fornecer um conjunto de indicações para que intervenções planejadas se consolidem e a gestão dos projetos locais tenha condições de fomentar a eficiência democrática, a integração social e a diminuição da violência.

Sobre o Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Foi constituído em março de 2006 como uma organização não governamental,

apartidária, e sem fins lucrativos, cujo objetivo é construir um ambiente de referência e cooperação técnica na área de atividade policial e na gestão de segurança pública em todo o país. O foco do Fórum está no aprimoramento técnico da atividade policial e da gestão de segurança pública. Por isso, avalia o planejamento e as políticas para o setor; a gestão da informação; os sistemas de comunicação e tecnologia; as práticas e procedimentos de ação; as políticas locais de prevenção; e os meios de controle interno e externo, dentre outros; sempre adotando como princípio o respeito à democracia, à legalidade e aos direitos humanos.